

Por Daniel Haidar e Nino Guimarães

***Em seu voto, a relatora do caso permitiu a cobrança desde que seja limitada ao valor de uma mensalidade cobrada***

Por unanimidade, os ministros da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ([STJ](#)) concederam provimento parcial ao recurso da [operadora](#) Eletros Saúde, do fundo de pensão Eletros, contra decisão judicial que havia determinado o fornecimento de [tratamento](#) de câncer para uma beneficiária e o pagamento de indenização por danos morais pela recusa inicial em fornecê-lo.

A relatora, [Nancy Andrichi](#), decidiu que deve ser permitida a cobrança de coparticipação, prevista em contrato, desde que seja limitada, por mês, ao valor de uma mensalidade cobrada do beneficiário.

**[Leia aqui na íntegra.](#)**

**Fonte:** JOTA, em 02.09.2024